

## Notas e informações

Economia

# Duas visões do Brasil

O ex-secretário de Estado Henry Kissinger com certeza não terá atentado para a possibilidade de suas declarações sobre a possível ajuda do Brasil aos países pobres serem interpretadas como fora de lugar, no momento em que as projeções de nossa dívida externa chegam a números assustadores e as dificuldades para controlar o balanço de pagamentos, jugular a inflação e deter a onda de violência urbana contribuem para tirar o senso de humor de nossos governantes. Da mesma maneira, o ministro Antônio Delfim Netto foi longe demais em sua apreciação da importância da reunião do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais da Universidade Georgetown, considerando-a uma reunião de intelectuais a mais, incapaz de resolver, "com conversa", os problemas "físicos" do Brasil. O político antigaamente conhecido em Brasília por *dear Henry* não encontrou do lado brasileiro o seu *dear Anthony* (o antigo chanceler Silveira), capaz de entender o grande apreço que tem pelo Brasil e seu lugar de preeminentia no mundo; nem o ministro brasileiro soube avaliar na devida conta o papel das entidades acadêmicas norteamericanas na vida política dos Estados Unidos e sua influência — residual, sem dúvida, mas presente sempre — no processo de tomada de decisões.

O desentendimento fundamental entre Kissinger e Delfim Netto, expresso com clareza e alguma brutalidade na discussão sobre a necessidade de os países industrializados facilitarem a retomada do fluxo do comércio internacional, esse desentendimento, dizíamos, decorre em boa parte do fato de as palavras de Kissinger sobre a ajuda do Brasil aos países pobres terem sido vistas não como elogio feito a nosso país, mas como farpa lançada por

quem, do alto de sua suficiência, pretendia dar lições de política e economia internacionais a quem não as pediu. A rigor, nada disso existe nas palavras de Kissinger, a menos que ele tenha mudado desde o instante em que, secretário de Estado, decidiu conferir *status privilegiado* ao Brasil na América Latina. O fato de reconhecermos que é sincero ao dizer que o Brasil tende a tornar-se uma grande potência não elimina a outra perspectiva de que se pode tomar sua frase, senão infeliz, pelo menos desnecessária — e foi por esse lado mau que o ministro Delfim Netto a tomou.

Ora, no fundo, foram duas visões do Brasil que se defrontaram — visões que, infelizmente, tendem a tornar-se irreconciliáveis, afetando todo o futuro relacionamento Brasil—Estados Unidos. De um lado da mesa, sentam-se aqueles que, plenamente conscientes da crise de liderança que os Estados Unidos voltam a enfrentar depois do respiro propiciado pela eleição e pelos primeiros atos do governo Reagan, procuram salvar o que ainda é possível do antigo sistema de alianças sem ver que os tempos mudaram e que a administração das crises tende a tornar sensíveis e egoístas (a mesmo título que os Estados Unidos) os que são afetados por elas e pela insensibilidade dos governos dos países industrializados. Do outro, estão os que sofrem os efeitos dessa incapacidade de ver ou dessa falta de vontade de sentir que basta transferir parte da renda do comércio internacional para os países em desenvolvimento para que se aprumem e não dependam tanto do favor do sistema financeiro internacional. Compreende-se, assim, quando a administração do serviço da dívida externa requer esforços estrênuos e a defesa da fatia do

mercado mundial já conquistado se transforma em vigília constante, que haja uma recusa frontal à sugestão de que o Brasil ajude os países pobres como se já tivesse o *status de nação industrializada*. Essa recusa — feita de rancores mal cicatrizados, de temores de novas restrições como as levantadas pelo Banco Mundial, ou a investigação sobre os subsídios concedidos ao aço exportado para os Estados Unidos — não é compreendida por homens como Kissinger, acostumados a ver o mundo da perspectiva de longo prazo, que hoje não têm crises para administrar e cuja visão estratégica se conforma mal com a necessidade de resolver os problemas de curto prazo, que são os de Delfim Netto.

Não apenas isso: o Brasil que o ministro-chefe da Seplan vê de seu gabinete de Brasília não se conforma aos estudos acadêmicos de estrangeiros, que não podem influir de imediato sobre a política econômica de seus governos; da mesma maneira, é um país que não deseja assumir compromissos ou responsabilidades multilaterais, embora sua economia esteja internacionalizada em alto grau. É difícil a Kissinger, que arquitetou alianças e envolvimentos, compreender como um país que aspira ao *status de potência* não deseja nem uns nem outras; pelo contrário, considera apenas natural que responsabilidades acrescidas se associem ao poder que se expande.

O retraimento que Delfim Netto espelha em sua agressividade contradiz o envolvimento que Kissinger deseja; por isso, o encontro de *Henry* com *Anthony* não foi, desta feita, tão cordial quanto da vez que o secretário de Estado esteve em Brasília para assinar o *memorandum de entendimento* com o chanceler do Brasil.